

Criança na escola, terra mais barata

Freddy Charlson
Da equipe do **Correio**

O projeto Nossa Terra, Nossa Escola, invenção do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, pretende beneficiar as aproximadamente 500 mil famílias que moram em assentamentos de todo o país. Pelo menos é essa a expectativa do ministro Raul Jungmann que aceita a comparação, com ressalvas, entre o projeto dele e o Bolsa-Escola, cuja extinção foi anunciada pela secretária de Educação, Eurides Brito.

O projeto de Jungmann prevê a distribuição de 50 mil títulos de propriedades de terras para famílias assentadas, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O que corresponde a dois milhões de hectares. A ação faz parte do programa chamado de Nova Reforma Agrária, que pretende dar cidadania aos assentados e mais facilidade de acesso ao crédito bancário.

É simples. O agricultor que mantiver os filhos na escola terá descontos de até 50% na prestação do pagamento da terra. O agricultor pagará 0,3 salário mínimo por mês e sobre esse valor incidirá o desconto. E não importa se o agricultor tem um ou dez filhos. Todos os filhos em idade escolar — de 7 a 14 anos de idade — deverão frequentar as aulas sob pena do benefício ser suspenso. A obrigação do controle da assiduidade de crianças e jovens ainda vai ser discutida durante a regulamentação da lei, mas a idéia é de que esse acompanhamento seja feito em parceria com as secretarias de Educação dos municípios.

“Quando digo que a comparação entre os dois projetos deve ser feita com ressalvas é porque enquanto o Bolsa-Escola atraiu jovens de famílias carentes em idade escolar para as salas de aulas em troca de um salário-mínimo, o nosso programa vai ajudar agricultores dando-lhes descontos no pagamento das anuidades dos títulos de propriedades de terras e evitando que os meninos entrem mais cedo no mercado de trabalho”, explica o ministro, que considera os projetos similares principalmente por ambos colaborarem para a diminuição do déficit escolar, além de melhorar as condições de vida das famílias carentes.

A previsão de Jungmann é

que o projeto — lançado com pompa e circunstância pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 14 de julho passado — possa estar funcionando de verdade até o início de dezembro. Por enquanto, o que existe é a Medida Provisória 19/01. O Nossa Terra, Nossa Escola ainda está em análise no Congresso e deve ser votado na próxima semana.

Depois de sua aprovação com todas as emendas — como a sugestão de se aumentar a idade-limite do aluno para receber o benefício ou possibilitar o abatimento das anuidades para famílias com filhos matriculados em escolas técnicas, por exemplo —, o ministério ainda vai colocar em prática um software para o cálculo do valor da terra e o abatimento na dívida do assentado. Os títulos serão enviados para as famílias pelos Correios.

O pagamento dos títulos de propriedade de terra poderá ser feito em até 20 anos, com período de carência de três anos (tempo que o Incra julga

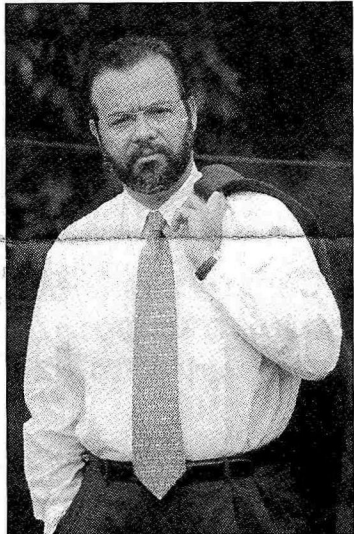
suficiente para que o beneficiado ingresse no universo da agricultura, receba crédito bancário e torne sua terra produtiva). O detalhe é que enquanto os filhos dos agricultores estudarem, o desconto no pagamento da terra será feito na anuidade. Mas o desconto continua depois que meninos e meninas

saírem da escola. Só que no próprio valor da terra.

“Pela primeira vez, há um programa estratégico que une a educação e a terra. Vendemos terra e damos educação”, diz o ministro que espera “titular” 20 milhões de hectares — o equivalente a três vezes a área do estado do Rio de Janeiro — ao custo de R\$ 8 bilhões (o valor total das terras). O que significa que se todos as 500 mil famílias assentadas entrarem no programa, as terras sairão por R\$ 4 bilhões. “É a maior distribuição de terra da história do Brasil”, apregoa Jungmann.

Mas não são somente as famílias cujos filhos estiverem em idade escolar que podem ser beneficiados com o *Nossa Terra, Nossa Gente*. Se não tiver criança na família, vale adulto analfabeto, também. Lendo assim, pode até parecer um programa paternalista, daqueles onde a terra é simplesmente dada de graça. Mas, não. De qualquer forma a família vai pagar pelo quinhão.

Cláudio Versiani 16.4.97



Ministro Raul Jungmann: filhos de agricultores na escola